



ANAIS DO XXXII COLÓQUIO CBHA 2012

DIREÇÕES E SENTIDOS DA HISTÓRIA DA ARTE

Organização

Ana Maria Tavares Cavalcanti

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade de Brasília

Outubro 2012



Imagem carnavalizada do poder: Desordem e Regresso na bandeira nacional

Rogéria de Ipanema

Escola de Belas Artes – UFRJ

Resumo: A arte da imagem impressa de humor no final dos Oitocentos, sob a ordem de uma República ascendida no Positivismo, formou um complexo ideológico extensamente combatido pela imprensa caricata do artista e jornalista Angelo Agostini. A comunicação trata de uma litografia saída em o Don Quixote, de 1896, que contem pontos chaves para entender o posicionamento do autor frente aos movimentos políticos, e mais, dispõe do que pode discutir a imagem da imprensa artística de humor, no exercício do pensamento social da nação, na primeira década da Primeira República. O artista desconstrói o símbolo da bandeira republicana, e ressignificando-a em uma outra dimensão nacional, evidencia a distância de uma nação imaginada da nação-realidade.

Palavras-chave: Cultura e poder. Iconografia política. O periódico Don Quixote. Primeira República no Brasil.

Abstract: The art of the printed image of humor in the late nineteenth century, under the command of a Positivist Republic, formed a complex ideological press

widely opposed by the caricature artist and journalist Angelo Agostini, especially during the government of Prudente de Moraes. The text treats an artistic critic of one lithographic image published in the journal *Don Quixote*, in 1896, which contains key points to understand the author's position in the face of political movements, and more features to discuss the image of the artistic media of humor in the first decade of the First Republic. The artist deconstructs the symbol of the Republican flag, and redefines it in another dimension, showing the distance of an imagined nation in opposite of the real nation.

Key-words: Culture and power. Political iconography. Journal *Don Quixote*. Brazilian First Republic.

Em 25 de janeiro de 1896, as impressões de *Don Quixote*¹ chegavam à praça da capital federal do país, com uma posição política muito clara, investida pela crítica imago-caricatural de análise do governo de Prudente de Moraes, do Estado nacional e da vida pública brasileira. Um estado de crise deflagrada pela Revolução Federalista, instaurada no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1893 e 1895, durante o governo de Julio de Castilhos, que sai vitorioso e governa até 1898. Período em que, a imprensa de oposição agostiniana, lugar social do autor, desaprovava e combatia toda a dimensão ideária das representações

¹ *Don Quixote*: jornal ilustrado de Angelo Agostini (1895-1903).

filosóficas positivistas na construção e constituição do poder político republicano brasileiro.

Julio de Castilhos não agia sobre o evidente fundamento teórico comtista, exercia em experiência a doutrina política seminal orientado pela organização racional da sociedade e, ao realizar uma filosofia aplicada, foi capaz de mobilizar o “principal experimento positivista brasileiro”, e o de maior importância política no país. Julio Prates de Castilhos foi o autor quase que sozinho do texto da Constituição do Rio Grande do Sul, programada num Positivismo ultrafederalista.

Para a Filosofia Positivista a inexorabilidade da história para a construção organizacional da sociedade passava pela ciência, e ao compreender a história e a sociedade, entendidas como leis universais, a partir do conhecimento científico, devia-se promover a ordem social para o alcance e execução do terceiro e último estado das leis comtistas, o estado positivo, possível por uma política conduzida pela Ordem e Progresso.²

A República brasileira, proclamada pelo golpe militar em 15 de novembro de 1889, não por acaso, no ano do centenário da Revolução Francesa, e durante toda a primeira década da Primeira República, fez com que um corpo de atores políticos procurasse o lastro identitário demarcador dos conteúdos compósitos da pátria republicana, num repertório atualizado do novo estatuto da nação. Vários historiadores concordam, inclusive os pensadores da

² “Em continuidade histórica e equilíbrio social, pode realizar-se o lema político de Comte, Ordem e Progresso.” MARIAS, Julian. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 388.

época, que ainda era inconsistente a compreensão de sociedade brasileira, e a escravidão recente era um de seus maiores índices, e mesmo do projeto ao processo patriótico republicano, não se conseguiu coletivizar um adjetivo próprio e comum, nem para a nação, nem mesmo para o próprio Estado brasileiro que ficou tensionado pela nova direção. Confirmando Eric Hobsbawn, ao afirmar que não são as nações que criam os Estados e os nacionalismos, mas o contrário, e estudando a construção dos estados europeus durante o século XIX, quando o conceito Estado-nação fora reclamado à luz das revoluções – política, econômica e social -, também evidencia as dificuldades de identificação da ordem das nacionalidades, desenhadas por configurações de múltiplos estratos: linguísticos, racistas, classistas, historicistas, religiosos, territoriais, culturais.³

No Brasil, diferentes intenções e militâncias republicanistas cooptaram intelectuais, jornalistas, professores, estudantes, pequenos proprietários, profissionais liberais, militares, numa frouxa união de estatutos, mas após o golpe militar, com tímida participação social civil, instauradas as disputas de poder, duas ações políticas estavam bem definidas, republicanos (liberais) e positivistas (federalistas).⁴ Na verdade, “republicanos e positivistas constituíam uma identidade amálgama [...]

³ Lembrar que o *Cours de philosophie positive* de Augusto Comte foi publicado em 1830 e 1842, e o *Système de politique positive ou Traité de sociologie*, entre 1851 e 1854, dentro do fluxo da denominada “Era das Revoluções”.

⁴ Para outros autores existiram na verdade três correntes dentre o debate da Assembleia Constituinte: os unionistas que defendiam uma União mais forte, os ultrafederalistas, na principal figura de Julio de Castilhos, e um terceiro grupo que “atuou com elemento de mediação.” FREIRE, Américo, CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Nova Fronteira, 2002. p. 30-63.

difícilmente um republicano poderia ser definido sem as marcas do positivista, e este sem as qualidades daquele.”⁵

Rui Barbosa, reconhecido liberal, fez elogio ao positivismo, dizendo-o tanto útil aos homens de ciência como aos homens de governo. Da agenda teórica positivista, compartilhavam ambos, da entrada à modernidade pelo regime republicano, da ciência como instrumento do exercício político com o aparelhamento do governo para o processo de modernização, e entre o modelo liberal norte-americano e o jacobino francês, vigeu a versão positivista, de um Estado pela ditadura republicana, com um Executivo intervencionista. O pensamento filosófico determinou significativas rubricas regimentais e simbólicas para a nova pátria, pelos valores da Ordem e Progresso no **lema** da bandeira nacional,⁶ o laicismo e a construção de um calendário de festas nacionais, imbricando-se na prerrogativa em que a nação, agora, constituía-se na nova religião cívica dos Estados.⁷

A formação técnica dos militares deu convicção ao projeto positivista, valendo-se da dimensão histórica para a política e a ciência, na perspectiva do progresso da humanidade pelo desenvolvimentismo industrial das nações. Neste progresso, ambos os ativistas consideravam o regime monárquico um retrocesso, assim como negativa

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 95.

⁶ Por decreto de 19 de novembro de 1889. Vencidas as disputas de poder, a versão positivista da Bandeira Nacional prevaleceu e as filhas de Benjamin Constant puseram-se a bordar um dos maiores e mais importantes símbolos de uma nação em sua identidade visual, afetiva e simbólica.

⁷ HOBBSAWN, 2011. HOBBSAWN, Eric J.. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

a livre concorrência do comércio, reafirmando-se na governabilidade representacional do Estado, ministrada pelos poucos esclarecidos, e por uma cartilha pedagógica de educação enciclopédica, até mesmo sobre a supressão dos costumes, como na proposição radical da ditadura castilhistas, se daria a positiva organização racional da sociedade. No interior do Positivismo, antes da República, já se havia processado a nova corrente ortodoxa político-religiosa, rompendo com a heterodoxia político-cientificista de construção da sociedade, pelos ilustrados e militares de elite, que por vezes contraditórias, embaçavam e sobrepunham fronteiras teóricas, tratando-se, para José Murilo de Carvalho, das “surpresas que fazem interessante o fenômeno da adaptação das ideias.”⁸

A interpretação de Angelo Agostini desta paisagem política nacional, já com seis anos decorridos do novo regime, traduz um momento agudo da primeira presidência civil da República brasileira, representada pelo voto direto,⁹ de Prudente de Morais, político tradicional das oligarquias cafeeicultoras paulistas, com 30 anos de exercício.¹⁰ (Figura 1) Como presidente da Constituinte de 1891, junto

⁸ CARVALHO, op. cit.. p. 95.

⁹ Prudente José de Morais Barros foi eleito com 290.000 votos de uma população de 15 milhões. Os 2,2% de brasileiros que podiam votar, segundo a Constituição de 1891, deveriam ter idade mínima e serem alfabetizados, ficando interditos os mendigos, praças de pré (soldados, cabos e sargentos) e religiosos de ordens que renunciaram sua liberdade individual. Em relação às mulheres, os constituintes entendiam ser prejudicial ao lar e à família dar-lhes o estatuto da cidadania política, de votar ou ser votada. PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas. In: GOMES, Angela de Castro. op. cit.. p. 64-102.

¹⁰ Depois de uma longa carreira no Império, e antes mesmo da primeira eleição direta para a presidência da República, Prudente de Morais já havia disputado a eleição indireta, determinada pela Constituinte, para o segundo governo republicano, com 97 votos contra os 129 obtidos pelo marechal Deodoro da Fonseca, vindo a renunciar meses depois da eleição, assumindo o vice de Prudente, marechal Floriano Peixoto, porque o vice de Deodoro, almirante Wandenkolk, fora eliminado. Idem.



Figura 1 - Angelo Agostini, *Don Quixote*, a. 2, n. 43, p. 4-5, 25 jan. 1896.

a Rui Barbosa, valeu-se da orientação liberal de uma constituição modelada pelo republicanismo democrático norte-americano, liberal, corroborando no afastamento institucional positivista.¹¹

Na concepção liberal o particular determina o público, este derivado das manifestações privadas, no Positivismo, o público determina o particular, em que incida àqueles indivíduos que pensam sobre o bem coletivo, sem tomarem para si o centro do poder, e neste sentido, a expressão máxima do indivíduo é vetada, e o bem público maior é o

¹¹ O Governo Provisório de Deodoro decretou em 21 de dezembro de 1889 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para 15 de setembro de 1890. O presidente da Constituinte foi o senador e dirigente do Partido Republicano Paulista, Prudente de Moraes. Os trabalhos foram iniciados no primeiro aniversário da República, no Cassino Fluminense no Passeio Público, para depois ser instalada definitivamente no Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, para se criar a nova dimensão simbólica do poder político no Brasil. Foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Idem.

estadista, afirmando a noção que “O imperativo da moral comtista, que é uma moral essencialmente social, onde viver é viver para o próximo.”¹² À diferença do Liberalismo, no Positivismo a vontade do povo não é expressa por ele próprio, mas interpretada, o que existe de povo é o conceito de povo, uma vez, que as classes sociais são capazes de desejos e necessidades, mas nem todas são capazes de opinião. É verdade que os apostolados e os castilhistas enfrentavam oposição interna na filosofia da ciência da política positiva, com o Positivismo ilustrado, mas mesmo este determinava, “seria absurdo que a massa quisesse raciocinar.”¹³

O artista enuncia sua imagem sob a liderança no alto à esquerda, posicionada em distância decidida e decisiva, da alegoria dos Estados Unidos da América. Marcha ascendente, porque deviam as nações sul-americanas encaminhar o seu destino à larga Estrada do Progresso, e o faziam em bloco, com determinação e dinamismo: Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, Peru e outras três bandeiras sugeridas em poucas linhas. Enquanto que a realidade da República brasileira é lamentavelmente outra, e não há humor, há um tumor capaz de extinguir a verve da desvalida nação, por quem, a pátria representada de costas, sobre um burro cabisbaixo, envergonha-se com pesar e denuncia a falta de ação, no evidente desânimo do presidente do Brasil, descolado dos interesses nacionais, sem nenhuma moral e destituído de

¹² MARIAS, Julian. op.. cit.. p. 388-389.

¹³ HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/IUPERJ, 2009. p. 83.

qualquer poder, deixa-se ser arrastado estrada abaixo pelos outros governantes. Os protagonistas do jornal, perplexos, em plano intermediário, observam e dão suas impressões: d. Quixote, o ano-menino de 1896, o cavalo, Sancho Pança e o burro.

A Argentina e o Uruguai olham para o Brasil, mas caminham para frente, não por acaso, as duas nações aliadas durante a guerra contra o Paraguai, formando agora uma nova “Aliança”, este país se alinha às outras duas nações e com as demais, segue estrada acima.

A composição está dividida em dois momentos seccionados por uma diagonal que cruza toda a estampa, descrita da esquerda para à direita, e encimada pela nação norte-americana. Na outra ponta, em baixo, evidentemente no fim do sistema republicano democrático, ou seja, atrás, atrasado e atrasando todo o sistema, Júlio de Castilhos. Mas do que uma discussão econômica, sobre o progresso desenvolvimentista liberal capital-industrial burguês, processado pelas lideranças mundiais, no complexo da imagem, levanta-se a discussão política, e neste momento o artista rasga transversalmente as duas ideologias, deixando clara a vitória do Positivismo sobre o Liberalismo no Brasil, contrariando a legitimidade da Constituição aprovada, onde lidera o ditador e seu estandarte do “Venha a nós”, da política “fornecedorista e patotérica” e sanguinária pela degola dos revolucionários sulistas. Só não está mais sozinho e absoluto, pelos outros três atores políticos que dão a ele as mãos, formando um carnavalesco cordão. Em quinto lugar, a inevitabilidade de Prudente,

nada além de arrastar o cabresto do animal e o peso da nação. Esta, desesperançada, pela determinação daquele que conduz a ditadura no Rio Grande, redimensionando a liderança da representação da presidência da República, é inconstitucionalmente desterritorializada para o último lugar. Poderia olhar para o alto, para a próspera América do Norte, dada a sua posição na imagem, mas para aquele cenário político, dirige seu olhar para o chão, no momento, o seu melhor horizonte.



Figura 2 - Detalhe. Angelo Agostini, *Don Quixote*, a. 2, n. 43, p. 4-5, 25 jan. 1896.

A República brasileira, permitida ser guiada pelo positivismo despótico consentido por “Demais” por Prudente, não caminha, nem na direção nem no ritmo das outras repúblicas, ao contrário está fora do lugar, fora do compasso do galope coreografado da tropa de bandeiras

em movimento. Indubitável, este era o país que d. Quixote aponta ao ano-menino, que onde estava e com o Estado em que se encontrava o país, não alcançaria positivamente progresso nenhum.

Passo, somente como referência, pois caberiam maiores reflexões, aos outros que formam o cordão da “Política Positivista”, que intermedia Castilhos de “Prudente Demais”. Trata-se do deputado e general honorário do Exército, Francisco Glicério Cerqueira Leite, “Chefe dos Jacobinos”, fundador do Partido Republicano Federal,¹⁴ pelo qual Prudente se elegeu, alegorizado pelas penas da tanga do silvícola brasileiro; do ministro do Exterior, Carlos Augusto de Carvalho do ministro da Guerra e do general de divisão Bernardo Vasques, ambos com mandatos exercidos de 15 de novembro de 1894 a 1896. Todos estão de mãos bem dadas ao porta-bandeira, arrastando o presidente. A crítica visual é muito bem exposta quanto aos que antecedem Prudente de Moraes e que efetivamente estão no governo do país.

Um agudo contraponto avesso, e neste avesso, a inscrição transgressora da caricatura. Enquanto, em caminho elevado, as nações sul-americanas olham para cima, a nação brasileira olha para baixo, enquanto, em estrada descendente, a ditadura positivista olha para frente, o presidente Prudente, encerra sua visão. Até o cavalo

¹⁴ O Partido Republicano Federal foi o primeiro partido em caráter nacional, fundado em 1893, para fundamentar a candidatura de Prudente de Moraes à presidência. No Império, foram criados: o Partido Republicano Paulista - PRP, em 1873, o primeiro republicano; o Partido Republicano Rio-Grandense - PRRG de 1882, e o Partido Republicano Mineiro - PRM, surgido em 1888, após a Abolição. *O Manifesto Republicano* é anterior a todos, foi lançado no Rio de Janeiro, em *A República* de 3 de dezembro de 1870.

de d. Quixote encontra um lugar mais conveniente nesta história, dirige o seu olhar para as montarias dinâmicas das vizinhas continentais, já o burro de Sancho Pança observa o outro “burro de carga”. É uma verdadeira declaração de carnaval.

A nação, apostando num mínimo de integridade, se posiciona politicamente contra a cena nacional, ao virar-se de costas ao cordão governista, e com a bandeira da República em seu ombro esquerdo, a meio pau, de luto, indignada com o espetáculo, dramatiza a Despátria em seu dístico carnavalizado, “DESORDEM E REGRESSO”!

O artista-jornalista criticava o patriotismo ideológico positivista estatizado da Bandeira Nacional¹⁵ criada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, com design de Décio Vilares. Para ele não se tratava de um **lema**, mas de um **problema político**. Ridicularizou o movimento a partir do símbolo e sempre expôs os seus ãos ao Positivismo e aos membros do Apostolado. No início do novo século, em 1902, escrevia, “Ora, até que afinal, explodiu o brado da revolta, que há muito se fazia esperar contra a insistência inconveniente dos membros da seita positivista.”, e continua, “Desde o advento da República, essa mania

¹⁵ A bandeira republicana é composta com as cores da bandeira do Império, mas agora justificadas, não pelas cores das casas imperiais luso-austríaca, mas sim pela conversão simbólica das riquezas nacionais que alicerçavam a construção da nova pátria, o verde e o amarelo. Do desenho de Jean Baptiste Debret permaneceu o losango. Saídos os elementos imperiais, apresenta uma faixa branca descendente com o lema positivista da Ordem e Progresso, cortando um círculo, não mais a esfera armilar, inserido com o mapa astral, realizado por Manuel Pereira Reis, num ajuste astronômico da posição das estrelas no céu do dia 15 de novembro de 1889 e sua relação com os estados, posicionamento este muito questionável. As bandeiras das nações europeias que se constituíram durante o século XIX se inspiravam na bandeira tricolor da República Francesa, que por sua vez, manteve a cor real branca, e as cores azul e vermelho da cidade de Paris.



Figura 3 - Detalhe. Angelo Agostini, *Don Quixote*, a. 2, n. 43, p. 4-5, 25 jan. 1896.

intrometida tornou-se uma verdadeira praga, a cobrir de ridículo as coisas mais sérias.”¹⁶ Em relação aos dizeres da bandeira, um dos mais importantes símbolos das nações

¹⁶ *Don Quixote*, a. 8, n. 155, 8 jul. 1902.

modernas criadas no século XIX, desaprovava por inteiro, como substância e fundamento. “A nossa bandeira é um monstro, a única no mundo que tem direito e avesso, deixando ver em uma das faces, um horror: OSSERGORP E MEDRO.”

É importante discutir mais um dado embutido no discurso radicalmente contrário de Angelo Agostini em relação às ações positivistas. O Apostolado levara em 19 de dezembro de 1889 ao governo provisório, o protesto contra a lei de naturalização. O pensamento doutrinário entendia que, “o sentimento de pátria não se impõe pela lei, desenvolve-se através de longo processo histórico de convivência”, entendendo-se pátria e cidade como coletividades de integração e convivência afetiva, lembravam a frase de Danton, “A pátria não se leva na sola dos sapatos.”¹⁷ A referência perspectivada pelos positivistas nos momentos republicanos, e utilizada como argumento simbólico por muitos, era de pátria, mais do que nação, e o próprio Comte falava em mátria. Eric Hobsbawn concorda que a compreensão de nação, mesmo que construída de cima para baixo, não pode ser estudada sem levar em consideração as esperanças, e os interesses das pessoas comuns, “as quais, não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.¹⁸ Contudo para digressão das questões de representação política positivista, a justificativa social estava na ideia de representação do povo, mas não como origem e sim como fundamento, sendo os homens

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. op. cit.. p. 63.

¹⁸ HOBBSBAWN, Eric. J. *Nações e nacionalismos desde 1789*. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 20.

comuns, objeto e não sujeito da representação, assim define Cristina Buarque de Holanda, “em síntese, o povo não se faz representar, mas é representado.”¹⁹

Agostini²⁰ era estrangeiro, nasceu ao noroeste na Península Itálica, na região do Piemonte, em 1843, onde regia a antiga casa dos Savoia, cerca de trinta anos antes da unificação da Itália. No Brasil foi estrangeiro desde os 16 anos, quando aqui chegou, naturalizando-se em 1888 após a Abolição, e não se encontrava no país, quando da instauração da República. José do Patrocínio, dizia que Agostini não precisava ter nascido no Brasil, para “ser um dos mais beneméritos brasileiros”, tratando-se da questão maior do nacionalismo em que se traduziu o movimento abolicionista brasileiro, sua maior tradução, justificando-se a compreensão hobsbawniana que “os nacionalismos que não dependiam do Estado eram as mais poderosas forças”.

A dimensão de apresentação ditatorial que originou a Revolução Federalista contra o castilhismo, expresso agudamente na imagem de análise, é porque combatia a obra de arte impressa de Agostini no periodismo independente durante os primeiros anos da Primeira República. Considerando também, a continuidade de manifestações criticadas pelo autor contra o Positivismo, ao cruzar o século, inferida às políticas públicas, que assistia e convivia diretamente no Rio de Janeiro, centro do poder e capital do poder de centro.

Desde a fundação em 1876, da Sociedade Positivista do Brasil, filiada à Sociedade Positivista da França, se

¹⁹ HOLANDA, Cristiana Buarque de. op. cit. p. 81.

²⁰ Angelo Agostini (Vercelli, Itália, 8 abr. 1843 – Rio de Janeiro, 23 jan. 1910).

destacam como sócios fundadores, três importantes nomes na conceituação teórica e no projeto da instalação dos primeiros anos republicanos, os jovens Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, e o velho engenheiro militar, Benjamin Constant. Convertia-se à doutrina de Augusto Comte, pela linha de Emil Littré, a partir das leituras realizadas no Apostolado. Irrompido o desligamento da linha littreana, a corrente ortodoxa ativada por Miguel Lemos, de adoção comtista religiosa laffittiana, fora ainda mais dramatizada, pela Igreja Positivista do Brasil, e em seus cultos no Templo da Humanidade. Miguel Lemos manteve contato com Pierre Laffitte, em Paris, e em 1881 foi nomeado por ele, presidente da Sociedade no Rio de Janeiro, e ao torná-la uma organização militante, na perspectiva de uma grande transformação social, rompeu com o mentor, radicalizando sua posição. A orientação cientificista littreana continuou reafirmada pelo positivismo ilustrado e pelos doutores de farda, formando a ação mais acomodativa da filosofia, constituindo-se na corrente heterodoxa, na verdade a matriz positivista brasileira.

A República brasileira foi institucionalizada em meio a uma crise econômico-financeira, pela capitalização do pós-abolição, da bolha do Encilhamento, da especulação, e o governo de Prudente de Moraes, em meio à crise política da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, do movimento messiânico pró-monárquico na Bahia, deflagrando a Guerra de Canudos, e pelo fim da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, em março de 1894, quando foi eleito. À regulação ideológica que o Estado deveria assumir, seguiram-se

as acomodações institucionais e conjunturais dadas à organização social hierarquizada brasileira, assim como o processo de internalização da nova representatividade em seu próprio corpo nacional. Se os Estados precisavam fazer as nações, em 1889, o governo da República dos Estados Unidos do Brasil também necessitou de construir um capital simbólico do poder, e pela teoria da filosofia positiva de equilíbrio racional, num processo historicista, o Positivismo no Brasil demarcou a história política republicana, com o estatuto emb-lemático francês, antes científico do que revolucionário, mas ainda de transformação social, da **Ordem e Progresso** na Bandeira Nacional.

Fontes primárias:

Don Quixote: jornal ilustrado de Angelo Agostini (1895-1903).

Referências bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FREIRE, Américo, CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro. A República no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/Nova Fronteira, 2002. p. 30-63.

HOBBSBAWN, Eric J.. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismos desde 1789. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/IUPERJ, 2009.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. Rir para não chorar. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, a. 5, n. 54, p. 68-74, mar. 2010.

_____. Angelo Agostini: 100tenário de despedida do artista com dom Quixote. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IHGRJ/IOERJ, a. 18. n. 18, p. 77- 99, 2011.

LASTARRIA, J. V.. Leçons de Politique Positive. Paris: E Denné, 1879.

MARIAS, Julian. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Nova Fronteira, 2002. p. 64-115.